

# Benklerizando Habermasiadamente

Alexandre Hannud Abdo  
abdo@member.fsf.org

23 de Setembro de 2007

## Resumo

Na quarta sessão dos seminários (<http://won.iv.fapesp.br/>) sobre o livro *Wealth Of Networks*, de Yochai Benkler, organizados pelo Prof. Imre Simon no Instituto de Estudos Avançados da USP, foi proposto associar as idéias de Benkler com o formalismo da ação comunicativa de Habermas. Este texto é uma tentativa (no limite da minha ignorância quase que completa sobre o assunto) de esboçar uma síntese dessas idéias, abordando diversos temas, alguns levantados pelos Profs. Sérgio, Eugênio, Cícero e Gilson. A versão mais recente deste texto pode ser obtida em <http://cecm.usp.br/~eris/>

## 1 Benkler não formaliza

Para quem conhece as idéias de Habermas, ainda que em termos gerais, os capítulos 6 e 7 parecem até prestar-se a algum esforço para evitar abordá-las. Eu sustento que tal aparência pode bem ser material e proposital: Benkler deseja apresentar sua tese de forma empírica, evitando ao máximo propôr formalismos.

Isso é coerente com a proposta do livro, de alertar o leitor através de argumentos sólidos baseados em fatos concretos, para causar uma mudança urgente na opinião pública.

Para Benkler, a existência de exemplos concretos e registros históricos dos processos que ele descreve é não só suficiente como preferível a uma abordagem abstrata.

Tal é o seu cuidado que, ao longo de todo o livro, os únicos formalismos que ele adota são os preceitos da política liberal e a análise econômica padrão, conceitos familiares ao público ilustrado americano.

Supondo essa interpretação, de que Benkler não apresenta um formalismo sócio-político, a questão da síntese torna-se então uma questão de acoplar o formalismo de Habermas aos fatos e mecanismos propostos por Benkler.

## 2 Esclarecendo Habermas

Habermas descreve a participação do indivíduo em dois domínios: o sistema e o mundo da vida. O sistema engloba as ações instrumentais do indivíduo, sejam elas econômicas (por dinheiro), políticas (por poder) ou outras finalidades, enquanto que ao mundo da vida pertencem as ações comunicativas, informais e motivadas pelo desejo inato de compreensão mútua entre indivíduos.

Todos vivemos o mundo da vida, e este precede e é o pano de fundo — de valores, ideais e objetivos comuns — sobre o qual as organizações que formam o sistema se constroem.

Pode-se associar o princípio do sistema à ineficiência do mundo da vida em organizar ações produtivas e deliberativas, ou seja, em organizar a sociedade para adaptação e sobrevivência. Assim, as relações informais dão espaço para organizações onde estratégia e planejamento prescindem da compreensão mútua. No caso das democracias representativas capitalistas, o sistema de autoridade eleita e crédito monetário substitue as redes de confiança do mundo da vida.

Porém o mundo da vida não é um objeto estático e construído a priori. O sistema pode definir normas, práticas e relações simbólicas e espaciais que afetam diretamente as atribuições do mundo da vida, assim como podem as condições físicas e tecnológicas dos indivíduos que dele participam.

O exemplo mais marcante dessas transformações são as oscilações da esfera pública, estudadas por Habermas nos contextos do surgimento da democracia parlamentar no século XVIII, organizando-se nos cafés e saraus da burguesia, e da sua crise na transição dos séculos XIX e XX com a concentração dos meios de produção de informação e cultura, sendo que esse segundo contexto já havia sido abordado por Adorno, seu predecessor na linhagem da Teoria Crítica. É aí também que se situam parte dos relatos de Benkler, que descreve o processo de descentralização desses mesmos meios de produção, e a consequente revitalização da esfera pública na transição dos séculos XX e XXI.

A esfera pública é a instituição através da qual o mundo da vida pode confrontar o sistema. É capaz de observar, analisar e contestar a validade das organizações instituídas com fins estratégicos. Ela existe quando o mundo da vida viabiliza uma auto-organização informal da sociedade, advinda da comunicação com o propósito de mútuo entendimento, e livre de condições privilegiadas associadas ao sistema. A esfera pública, portanto, não se trata de uma instituição no sentido burocrático, mas de um ator cuja existência emerge de processos no mundo da vida.

As reflexões da esfera pública, por sua vez, podem dar origem a movimentos sociais e outras organizações. Porém esses movimentos e instituições não são mais parte da esfera pública, pois seu caráter instrumental os situa dentro do sistema e não do mundo da vida. Nisso não deve haver nada de surpreendente, pois o nascimento desses movimentos, sejam eles conservadores, transformadores ou inovadores, é análogo à concepção primitiva das organizações a partir do mundo da vida.

Contudo, sendo uma atribuição do mundo da vida, tanto a abrangência como a influência da esfera pública, e até mesmo sua inteligência, podem ser estimuladas ou estranguladas por ações do sistema e mudanças nos meios físicos e tecnológicos.

Por exemplo, no final do século XIX, foram a introdução da mídia de massa e funções de “relações públicas” no estado, junto à adoção de critérios objetivos de riqueza e bem estar em substituição à participação popular, a causar a decadência da esfera pública, por dificultar o acesso à classe política e alienar o povo do debate, convertendo os partidos em estruturas de rotina e causando o distanciamento entre estado e cidadão.

Habermas também argumenta que uma sociedade democrática liberal depende fundamentalmente da sua esfera pública. De forma que, para o projeto emancipatório a que ele se propõe, passa a ser crítico entender as condições sobre o mundo da vida para que origine-se uma esfera pública em vigor pleno.

Ressalve-se, porém, que uma esfera pública plena não existiu historicamente. Mesmo a esfera pública burguesa do século XVIII, caracterizada no trabalho de Habermas, não era livre de influências do sistema: uma mulher ou um pobre encontraria mais dificuldade em participar do que os um homem rico e bem educado.

### **3 Habermas e Benkler**

Finalmente, podemos tentar entender em termos do formalismo de Habermas os dois aspectos da transformação apresentadas por Benkler: o político e o econômico.

#### **3.1 Econômico**

O contraste fundamental entre a economia da informação em rede (EIR) e a economia industrial da informação (EII) é a dependência explícita da primeira em relações do mundo da vida, enquanto a segunda está profundamente imersa no sistema. Mais explicitamente, a EIR substitui as relações de autoridade e crédito da EII por relações de confiança informal, aparentemente retornando a um estágio mais primitivo de organização humana.

Pergunta-se então: o que aconteceu ao mundo da vida para que as relações informais nele enraizadas, cuja ineficiência selecionara previamente as sociedades que introduziram organizações instrumentais para substituí-las, agora permitam uma produção mais eficiente sem essas organizações?

Segundo Benkler, o avanço nas tecnologias de comunicação, aliada ao papel central que a produção de informação adquiriu nas economias avançadas, e uma massa crítica de indivíduos capacitados, alavancou a eficiência da produção de

bens informacionais organizada em torno de relações de confiança ancoradas ao mundo da vida.

Precisa-se então entender a transformação dessa eficiência, e ela tem duas origens.

Por um lado, a viabilidade e eficiência dessa nova ordem depende do caráter econômico não-rival da informação. Com os baixos custos de reprodução e distribuição associados às novas tecnologias, tornou-se possível incorporar a participação massiva de indivíduos em projetos modulares com a possibilidade de exploração paralela de progressos conflitantes.

Por outro lado, essas mesmas tecnologias mudaram fundamentalmente as possibilidades dinâmicas das redes de confiança, e conseqüentemente suas estruturas. Os novos parâmetros possibilitaram à sociedade uma auto-organização da produção, onde a ausência de instrumentos formais de mediação passou de um obstáculo à coordenação a um facilitador dela, eliminando os custos de transação associados ao sistema, sem reintroduzir os custos de transação anteriormente associados à dependência do mundo da vida.

Logo, a eficiência observada empiricamente por Benkler, como ele já enfatiza, reside na forma como os projetos de produção social bem sucedidos fornecem estruturas especiais de interação com o mundo da vida, angariando colaborações que maximizam as vantagens de modularidade e paralelismo propiciadas pela economia não-rival da informação, e incorporando filtros e redundância através dessa interação.

Resta-nos identificar essas novas estruturas e relações com o mundo da vida, para entender sua evolução e os princípios dinâmicos que as conferem eficiência. Esse problema traz consigo a necessidade de uma análise quantitativa, pois a eficiência é definida por propriedades emergentes do fluxo de informação e operações dessas estruturas.

## 3.2 Político

A questão política é muito mais complexa do que a econômica.

Benkler apresenta em seu livro argumentos e evidências a favor dos efeitos democratizantes da internet, rebatendo pontualmente as diversas críticas e apresentando um modelo — amparado por observações empíricas — de como se dá a circulação de idéias nesse novo meio, através da sobreposição de comunidades em múltiplas escalas produzindo um filtro social de idéias. Esse modelo resolve os problemas da concentração de atenção e do ruído pelo excesso de informações.

Contudo, um outro ponto fundamental desse discurso foi levantado pelo historiador francês Pierre Rosanvallon em seu livro *La contre-démocratie. La politique à l'âge de la défiance*, onde defende que as mudanças estruturais que abriram caminho para a EIR, apesar de também afetarem o diálogo social, foram incapazes de causar semelhantes transformações na política.

Sua tese é de que elas tem produzido uma contra-democracia, uma radicalização dos cidadãos no papel de monitoramento e desconfiança do governo, gerando uma cultura apolítica e um distanciamento entre governo e povo possivelmente maior do que havia na era da mídia de massa.

Em termos, significa que a atual esfera pública em rede limita-se a produzir organizações de transformação do sistema, pois o sistema político tem sido incapaz de, paralelamente à EIR, incorporar ao processo político aspectos do mundo da vida, reestabelecendo de forma plena o papel democrático da esfera pública.

As razões dessa divergência entre economia e política podem ser muitas, com importâncias pouco claras. Algumas delas:

A potencialização das redes de comunicação se deu em meio a uma grave crise de representatividade política, e estamos vivendo um efeito transiente ou agravamento dessa crise.

A falta de uma cultura ou saber político, devido ao condicionamento de várias gerações à mídia de massa aliada a uma política de partidos, e consequente relação indireta dos cidadãos com o processo democrático. Este ponto em franca oposição ao aspecto econômico, onde o sistema oferece estímulos à competência produtiva.

O caráter conservador das instituições políticas que, indispostas ou incompetentes em lidar com as transformações dos meios de comunicação, deixam como alternativa única o monitoramento e o consequente agravamento da distância entre povo e fazer político.

A falta de um modelo de arranjo eficiente para a atuação política da esfera pública, pela dificuldade de testar tais modelos, dificuldade que encontra suas razões no parágrafo anterior.

Todos esses efeitos, amplificados pela possibilidade de ampla participação das novas mídias, conduzem à atual situação contraditória de apatia política e desconfiança engajada. Contudo, não se exclui a possibilidade do arranjo político estar ainda caminhando no sentido de imitar a economia da informação, porém, pela sua natureza, a passos muito mais lentos.

Uma coisa apenas é certa, quanto melhor entendermos um aspecto da questão, político ou econômico, também melhor entenderemos o outro.

## **4 Neutralidade e a questão do código, ou epistemofagia**

Para os objetivos de Benkler, uma questão fundamental ainda não foi aqui formalizada. Que as mudanças nas atribuições do mundo da vida que possibilita-

ram as transformações sociais discutidas, provenientes de inovações tecnológicas, não deixam de ser vulneráveis à influência do sistema.

Como não há garantias de que o sistema, que segue sua rotina estratégica e programada, opte por garantir a continuidade das mudanças adquiridas, estabelece-se um conflito entre a parte do sistema favorável às mudanças, e a parte do sistema contrária a elas.

O próprio livro caracteriza-se, então, num apelo circulando no mundo da vida, para que este, através da esfera pública, organize-se em novos instrumentos para conter os instrumentos contrários às mudanças.

Nesse embate surgem de imediato duas questões: a neutralidade da rede e os padrões abertos. Fortes candidatas a condições técnicas fundamentais na transformação por que passou o mundo da vida, elas são os principais alvos no combate às novas formas de organização em rede.

A neutralidade da rede trata da independência entre a camada física e lógica da internet. Ou seja, a não existência de condições sobre o conteúdo dos dados para seu fluxo pelos servidores e fibras óticas.

Sem a neutralidade, provedores de acesso poderiam cobrar diferenciadamente pelos inúmeros de usos da internet, efetivamente controlando o acesso e a distribuição de informação. Isso permitiria moldar a internet à imagem e semelhança do sistema de mídia de massa, restringindo a grupos economicamente poderosos a capacidade de publicar, compartilhar, e até de buscar ou indexar informação.

Os padrões abertos, como o protocolo TCP/IP, através do qual os dados trafegam na Internet, ou o HTTP, através do qual acessamos as páginas da World Wide Web, são de uma importância mais sutil, porém não menor. Esses padrões são os códigos através dos quais um computador aprende a se comunicar com outros. Assim, à medida em que os computadores tornam-se intermediários universais da nossa comunicação, que eles entendam-se entre si torna-se tão fundamental como falarmos uma mesma língua.

Consequentemente, obscurecer, restringir ou remover do âmbito público o debate sobre os padrões, protocolos e códigos utilizados pelos computadores passa a ser em todos os aspectos equivalente a condicionar aos desígnios do sistema a capacidade de livre entendimento e expressão de uma sociedade.

No seguinte sentido, a liberdade de expressão nunca esteve ameaçada em um nível tão fundamental. A linguagem humana, nossas línguas mães, são formadas no mundo da vida, não requerem conhecimentos técnicos, e seu propósito é universal — basta-nos compartilhar uma língua para comunicarmos todas as idéias. Os padrões de comunicação entre computadores, por outro lado, são oriundos de pesquisas acadêmicas, requerem instrução técnica para sua compreensão, e seu propósito é específico — cada protocolo destina-se à comunicação de um tipo de mensagem diferente.

Isso desloca para fora do mundo da vida o lugar natural da construção desses

códigos, em oposição às línguas naturais, abrindo caminho para estabelecer-se um controle do sistema sobre a linguagem. A linguagem, por sua vez, é a base para a formação do mundo da vida.

Pouquíssimas pessoas percebem que, ao distribuir um documento num formato proprietário e fechado — como são os famosos formatos padrão de programas como “Microsoft Office” e “Apple Quicktime” — não estão apenas auxiliando o monopólio dessas empresas sobre plataformas de computação, mas estão também escolhendo se comunicar através de um código determinado por elas, e que só está acessível para quem e enquanto elas desejarem.

Ambas estas questões são urgentes. A neutralidade da rede está sendo debatida no congresso dos EUA, sob forte pressão das corporações de telecomunicação para derrubá-la, e o que for decidido lá provavelmente será imitado por muitos países. O governo brasileiro vem sendo pressionado por interesses privados para adotar padrões fechados de TV Digital, claramente contra o melhor juízo público. A Microsoft tenta aprovar nas agências internacionais de padronização seu formato de documento cavalo de tróia, que se passa por aberto mas nas entrelinhas mantém os mesmos grilhões dos velhos formatos que lhe garantem a continuidade do monopólio.

## 5 Outros tópicos

### 5.1 Uma crítica à sociedade civil

O sistema político tem se mostrado incapaz de aproveitar as novas atribuições do mundo da vida, gerando uma esfera pública apolítica voltada para o monitoramento. Ao mesmo tempo, um conceito que tem sido muito discutido é o de sociedade civil. É preciso considerar se a sociedade civil não equivale justamente ao conjunto dos instrumentos gerados a partir da esfera pública no tal contexto apolítico.

Caso isso se verifique, a sociedade civil deve ser vista como uma distorção do processo político, e não como um ator ou solução. Quanto mais ela se solidificar, mais longe estaremos de uma democracia plena orientada pela esfera pública, e maior o risco de instalar-se um modelo rígido de oposição permanente entre cidadão e estado, uma espécie de populismo institucionalizado.

### 5.2 Economias rivais e crédito

A princípio, a produção de bens não rivais está isolada dos efeitos da economia da informação em rede. Há, porém, quem já note o efeito das novas atribuições do mundo da vida mesmo nessa economia, através do mercado de capitais. A observação central é que a dinâmica da compra e venda de ações é gerida por trocas de informação.

Dessa forma, à medida que as economias migram do financiamento bancário para o mercado de ações, e mais indivíduos passam a investir nesse mercado, a disponibilidade de crédito — um forte determinante econômico — passa a ser gerida em contato direto com o mundo da vida.

De fato, as mudanças nas atribuições do mundo da vida, com a introdução das novas tecnologias de comunicação, podem ser grandes responsáveis pelo crescimento desse mercado, não apenas em termos de número de participantes, mas principalmente na qualidade da sua auto-gestão e capacidade de responder a crises.

### 5.3 Software livre

Vimos a importância de, através de padrões abertos, garantir que os computadores comuniquem-se com códigos definidos no mundo da vida. Porém, é possível ir um passo além.

Cada vez mais não apenas nossa comunicação, mas também nossas ações — se é que há uma distinção entre ambas — são determinadas pelos programas de computador que utilizamos. Assim, para garantir a autonomia de ação individual, tão ou mais importante que a liberdade de expressão, devem ser direitos universais e inalienáveis do cidadão executar, modificar e distribuir as modificações feitas em qualquer programa, e os programas devem ser distribuídos na forma mais adequada para garantir esses direitos, ou seja, em código fonte.

Um ponto interessante é que, ao estabelecer isto, obtém-se automaticamente os padrões livres, pois qualquer um poderia modificar seu software para que este se adequasse a tais padrões, que seriam constituídos no mesmo fórum público em que se constróem tais programas.

Além disso, há uma questão — menor — de eficiência econômica: sabe-se empiricamente que modelos de código fonte aberto são a maneira mais natural e eficiente de produzir software nas condições da EIR.

### 5.4 Cultura livre

Lawrence Lessig descreve magistralmente em seu livro *Free Culture: how big media uses technology and the law to lock down culture and control creativity* o processo pelo qual a indústria cultural, que surge em razão do alto custo de reprodução e distribuição de informação, cresce utilizando-se do plágio e da reprodução não autorizada para então pressionar o estado a criminalizar essas práticas e estabelecer um monopólio que suprimiu a cultura local e estancou a diversidade cultural.

Ele também aborda as mudanças causadas pelas mídias digitais que, ao reduzir drasticamente os custos de copiar, misturar e distribuir cultura, estão promovendo um renascimento da cultura local e potencialização da diversidade



cultural, apesar das dificuldades instituídas pelo atual sistema de direito autoral/copyright e da falta de um modelo de incentivos bem definido para todas as formas de expressão. Esse renascimento baseia-se em parte na adoção de licenças livres para objetos culturais, que dão permissão para distribuição, modificação e reprodução, e em parte na desobediência direta das leis draconianas e anacrônicas de direito autoral/copyright.

Essas atividades representam um retorno da participação orgânica do mundo da vida na produção de cultura e identidade cultural. A importância desse fenômeno para a emancipação final da esfera pública é ululante. Porém, também as indústrias de velha economia batalham para impedir essa transformação e, especialmente, manter o controle que detém sobre a identidade e cultura das massas, que nunca foi total, mas é claramente muito maior do que caberia a qualquer entidade instrumental numa democracia liberal.